



AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES

**Seminário Cutlass Express para Líderes Seniores
4 a 6 de fevereiro de 2019
Maputo, Moçambique**

LEITURA PREPARATÓRIA

Índice

Sobre o Centro África	1
Mapa de África	2
Visão Geral do Programa.....	2
Histórico	3
Estrutura do Evento.....	3
Material do Programa.....	4
Dia 1: Gestão e proteção de recursos marítimos.....	5
Sessão 1: Os desafios.....	5
Sessão 2: As respostas.....	7
Questões para debate.....	9
Dia 2: Abordagens estratégicas para a segurança marítima	10
Sessão 3: Os desafios.....	10
Sessão 4: As respostas.....	12
Questões para debate.....	14
Dia 3: Aprimoramento da governação marítima.....	15
Sessão 5: Os desafios.....	15
Sessão 6: As respostas.....	16
Questões para debate.....	18
Sessão 7: Próximos passos.....	19

Sobre o Centro África

Desde a sua criação em 1999, o Centro África tem servido como um fórum para pesquisa, programas acadêmicos e intercâmbio de ideias, com o objetivo de aumentar a segurança dos cidadãos por meio do aprimoramento da eficácia e da imputabilidade das instituições africanas, em apoio às políticas compartilhadas por EUA e África.

VISÃO

Segurança para todos os africanos propiciada por instituições eficazes e imputáveis perante seus cidadãos.

A força motriz do Centro África é realizar a visão de uma África livre da violência armada e organizada, assegurada por instituições africanas comprometidas com a proteção dos cidadãos africanos. Esse objetivo enfatiza o compromisso do Centro em contribuir para impactos tangíveis ao trabalhar com nossos parceiros africanos – militares, civis, governamentais e da sociedade civil, bem como nacionais e regionais. Todos desempenham papéis importantes na atenuação dos complexos fatores causadores dos atuais conflitos no continente. A imputabilidade perante os cidadãos é um importante elemento da nossa visão, uma vez que salienta o fato de que, para serem efetivas, é preciso que as instituições de segurança, além de serem “fortes”, protejam e estejam atentas aos direitos dos cidadãos.

MISSÃO

Promover a segurança africana por meio da expansão da compreensão, disponibilização de uma plataforma confiável para o diálogo, construção de parcerias duradouras e catalisação de soluções estratégicas.

A missão do Centro África gira em torno da geração e disseminação do conhecimento por meio de nossos programas acadêmicos, pesquisas, comunicações estratégicas e polos comunitários. Com base nas experiências práticas e nas lições aprendidas com os esforços de segurança no continente, buscamos gerar *insights* e análises relevantes que possam informar profissionais e legisladores com respeito aos mais prementes desafios de segurança que enfrentam. Reconhecendo que o enfrentamento de sérios desafios só pode ocorrer por meio de intercâmbios francos e ponderados, o Centro África disponibiliza plataformas presenciais e virtuais, pelas quais os parceiros podem compartilhar opiniões sobre prioridades e boas práticas. Tais intercâmbios fomentam relacionamentos que, por sua vez, são administrados ao longo do tempo pelo Centro África por meio de polos comunitários, comunidades de interesse, programas de acompanhamento e diálogos continuados entre participantes e funcionários. Esse diálogo – imbuído de experiências do mundo real e análises atuais – não só oferece oportunidades de aprendizagem contínua, mas também catalisa ações concretas.

MANDATO

O Centro África é uma instituição do Departamento de Defesa dos EUA, estabelecida e financiada pelo Congresso a fim de possibilitar o estudo de questões de segurança relacionadas à África e servir como um fórum para pesquisas bilaterais e multilaterais, comunicação, intercâmbio de ideias e formação envolvendo participantes militares e civis. (10 U.S.C 342)

MAPA DE ÁFRICA



Map No. 4045 Rev. 7 UNITED NATIONS
November 2011

Department of Field Support
Cartographic Section

VISÃO GERAL DO PROGRAMA

HISTÓRICO

Como um exercício operacional anual, o Cutlass Express aborda algumas das questões mais desafiadoras que os profissionais de segurança marítima enfrentam no mar das regiões da África Oriental e Meridional e no Oceano Índico (ESA-IO, na sigla em inglês). Este Seminário de Líderes Seniores (SLS, na sigla em inglês), por sua vez, busca abordar os desafios de nível estratégico que afetam essas questões operacionais. Em outras palavras, o foco não é apenas as ameaças que existem no mar, mas também os desafios que dificultam a abordagem dessas ameaças pelos agentes de nível estratégico.

O objetivo deste SLS não é analisar quais os desafios de segurança marítima ameaçam a paz, a segurança, a estabilidade e a prosperidade dos estados participantes, mas, sim, fortalecer a capacidade dos líderes seniores desses estados, municiando-os com as ferramentas, lições aprendidas e boas práticas que podem ajudá-los a, confiante e existosamente, incorporar respostas operacionais a abordagens estratégicas mais amplas. Existem respostas, tanto dentro como fora da região, que se mostram eficazes para lidar com os tipos de desafios enfrentados pelos líderes seniores. De fato, como um todo, a África talvez seja o continente que mais vem demonstrando inovação em termos de operacionalização de abordagens estratégicas para a segurança marítima, governação e desenvolvimento. Este seminário busca aproveitar essa inovação e ajudar os líderes seniores a melhor compreender os desafios que enfrentam e conhecer algumas das opções disponíveis para superá-los.

ESTRUTURA DO EVENTO

Os três dias deste evento serão divididos em três amplas áreas temáticas:

1. Gestão e proteção de recursos marítimos
2. Abordagens estratégicas para a segurança marítima
3. Aprimoramento da governação marítima

Para cada área, o debate terá início com um estudo dos desafios. Não os desafios que os líderes seniores enfrentam no mar, mas os desafios que enfrentam em terra ao buscarem solucionar cada uma das três áreas temáticas. Em seguida, essas dificuldades serão justapostas durante uma sessão centrada na identificação de respostas que foram tentadas, ressaltando o que funcionou ou não, e o porquê de essas abordagens terem sido ou não bem-sucedidas.

Um importante foco deste evento é o diálogo. Além do debate após cada uma das sessões plenárias, o período da tarde será reservado para que os participantes sejam divididos em grupos menores de debate, facilitando o envolvimento mútuo e assim chegar na melhor forma de prosseguir.

Todos os programas do Centro África são conduzidos sob uma rigorosa política de não imputação. Isso permite que os participantes contribuam e troquem opiniões sem reservas,

criando assim um ambiente de aprendizado eficaz e produtivo. Interpretação simultânea será disponibilizada para permitir que o seminário seja realizado em inglês, francês e português. Todos os materiais dos *workshops* serão fornecidos nesses idiomas.

MATERIAL DO PROGRAMA

Este documento tem o objetivo de oferecer um ponto de partida útil para os debates e ser uma referência para o futuro; não se pretende que ofereça um tratamento completamente abrangente das questões ou que contenha todas as respostas. O documento, portanto, busca compilar as informações e as análises mais relevantes para o SLS. No entanto, os especialistas, autoridades e profissionais que estarão presentes em Maputo não devem sentir-se presos ou limitados às questões levantadas nas páginas a seguir. O claro objetivo deste evento é aproveitar as experiências dos indivíduos presentes e ampliar a interação entre os profissionais que podem realmente tratar da segurança marítima na região ESA-IO.

Toda a documentação do seminário será publicada no site do Centro África. Você receberá um e-mail com detalhes de como fazer o login nesse site. Por favor, entre em contato conosco se houver qualquer dificuldade de acesso ao site.

DIA 1: GESTÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS MARÍTIMOS

SESSÃO 1: OS DESAFIOS

Objetivos da sessão:

- Identificar os principais elementos para o desenvolvimento e implementação de estratégias;
- Examinar os entraves ao desenvolvimento de estratégias em torno da proteção dos recursos marítimos;
- Compreender o conceito da “cegueira para a riqueza marítima” e a necessidade de avaliar os recursos marítimos.

Histórico

Independentemente do foco, qualquer processo de desenvolvimento de estratégias começa com três avaliações: 1) as ameaças externas (avaliação de ameaças); 2) os desafios e oportunidades internos (autoavaliação); e 3) o terreno (avaliação do domínio). Os profissionais de segurança marítima tendem a focar suas ambições estratégicas em questões de segurança física; ao fazê-lo, porém, muitas vezes omitem um importante passo. Saber o que proteger e como protegê-lo exige que se saiba primeiro o que está disponível. Com respeito a isso, uma avaliação do domínio marítimo é a primeira prioridade para se desenvolver uma estratégia marítima eficaz. Após avaliar as ameaças, os líderes seniores devem voltar sua atenção para a compreensão e desenvolvimento de atributos importantes do desenvolvimento de estratégias, especificamente: processo, prioridades, pessoal e produtos.

Há uma década, a maioria dos debates sobre segurança marítima em África empregava o termo “cegueira marítima”, sugerindo que, apesar do extenso litoral de África, os países africanos haviam virado as costas para o mar e não conseguiram proteger o seu território marítimo ou aproveitar os seus recursos. Por meio de uma combinação de uma maior atenção internacional à questão da pirataria e um significativo aumento da produção de petróleo e gás *offshore*, é justo dizer que os estados africanos não estão tão cegos quanto estavam há uma década.

Contudo, a cegueira para a riqueza marítima continua a ser uma questão significativa. Há agora um reconhecimento geral de que o domínio marítimo tem valor: no mínimo, “sem transporte, sem compras” é uma ideia que ressoa igualmente com estados insulares, arquipelágicos, costeiros e interiores. No entanto, a maioria dos estados ainda não se envolveu nesse tipo de trabalho para entender o que há em seus domínios marítimos. Sem esse conhecimento, é impossível buscar o máximo do potencial económico sustentável de seus domínios marítimos, tornando-se também impossível desenvolver e muito menos aprovar leis, regulamentos, políticas ou planos de segurança adequados ao fim a que se destinam.

Essa cegueira para a riqueza é um entrave significativo para o desenvolvimento estratégico, mas não é de forma alguma o único desafio. Corrupção, instituições fracas e pouca cooperação entre essas instituições dificultam a capacidade de qualquer agência de desenvolver uma visão suficientemente abrangente do espaço marítimo de modo a permitir a gestão e proteção dos recursos nele contidos, com o intuito de maximizar seu valor de forma sustentável e inclusiva. As restrições de capacidades e recursos limitam ainda mais a capacidade das instituições de terem um impacto significativo na proteção dos recursos marítimos.

Além disso, até mesmo em estados insulares, a vontade política é frequentemente inadequada ou insuficiente quando se trata da gestão e proteção eficazes dos recursos marítimos. No entanto, o desenvolvimento da vontade política exige o reconhecimento da inter-relação entre, de um lado, os recursos marítimos e, de outro, a segurança alimentar, soberania alimentar, pirataria e criminalidade em geral. Existe uma relação inextricável entre segurança e desenvolvimento, e os líderes seniores marítimos precisam articular essa relação para as classes políticas. Por fim, as ameaças aos recursos marítimos constituem ameaças à segurança, estabilidade e prosperidade económica do estado. Por conseguinte, deve ser do interesse nacional superar quaisquer desafios que impeçam o desenvolvimento e implementação de uma boa estratégia para a gestão e proteção dos recursos marítimos.

Leitura Recomendada

“Kit de Ferramentas para a Estratégia Marítima Nacional”, ACSS, obtido por meio do seguinte endereço: <http://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/07/The-Process-of-National-Maritime-Security-Strategy-Development-in-Africa.pdf>.

Ian Ralby, Da cegueira do mar à cegueira para a riqueza, Stimson Center (2017), obtido por meio do seguinte endereço: <https://www.stimson.org/content/sea-blindness-wealth-blindness>.

Johan Berganas, James Stavridis, As guerras de pesca estão chegando, 13 de setembro de 2017, obtido por meio do seguinte endereço: https://www.washingtonpost.com/opinions/the-fishing-wars-are-coming/2017/09/13/05c75208-97c6-11e7-b569-3360011663b4_story.html?utm_term=.48aa30f27f4b.

DIA 1: GESTÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS MARÍTIMOS

SESSÃO 2: AS RESPOSTAS

Objetivos da sessão:

- Compreender a diferença entre a economia marítima e a economia azul;
- Reconhecer as abordagens para superar os desafios do processo de desenvolvimento e implementação de estratégias para a gestão e proteção dos recursos marítimos;
- Aprender, com estudos de caso e exemplos, o que funcionou ou deixou de funcionar em lugares diferentes;
- Examinar a introdução da tecnologia como meio de aumentar a eficiência e a efetividade da gestão e proteção dos recursos marítimos;
- Estudar a relação entre as oportunidades económicas e o aprimoramento da segurança marítima.

Histórico

Diferentes estados e até mesmo agências desses estados têm empregado uma variedade de respostas num esforço de superar os desafios que impedem a gestão e proteção eficazes dos recursos marítimos. Entre essas respostas estão a aquisição de vários tipos de tecnologia (*hardware* e *software*), a reforma de leis, a criação de incentivos fiscais e de licenciamento, incentivos para que ONGs trabalhem com as comunidades, a contratação de consultores e especialistas, a organização de conferências de investimento, e a busca, em geral, para se desenvolver as capacidades, competências, autoridade legal e vontade política. É aqui que a proteção marítima e a segurança marítima se interseitam. Enquanto as ameaças para as quais se exige proteção tendem a parecer mais dramáticas, a cada ano, perde-se mais pessoas no mar devido a questões relacionadas à segurança. Consequentemente, o compartilhamento de recursos entre agências para monitorar e responder a incidentes marítimos – tanto para a proteção como para a segurança – pode aprimorar a gestão dos recursos marítimos, tanto pela eliminação de atividades indesejadas quanto pelo apoio aos navegadores e pescadores, os quais são vitais para a economia nacional do estado em termos de segurança e soberania alimentares.

“Economia azul” tornou-se uma das frases mais populares nos debates de desenvolvimento marítimo em todo o mundo. Frequentemente, a frase é usada incorretamente como sinónimo da “economia marítima”. Assim como em terra a “economia verde” refere-se a abordagens sustentáveis, inclusivas e ambientalmente favoráveis imbuídas de valor económico, a “economia azul” refere-se a abordagens sustentáveis, inclusivas e ambientalmente favoráveis para o aproveitamento de recursos marítimos. Questões tais como a construção de portos e transportes marítimos são vitais para a economia marítima de um estado, mas, frequentemente, são divorciadas da economia azul. A pesca, a poluição oceânica e a biodiversidade marinha, por outro lado, são questões centrais à economia azul.

Cada vez mais, os estados que priorizam estratégias de economia azul, as quais gerenciam e protegem efetivamente seus recursos marítimos, estão vivenciando um aumento de benefícios económicos e uma redução nos crimes marítimos com foco em recursos. Além disso, esses estados estão atraindo o apoio de parceiros internacionais interessados em financiar projetos que ajudarão a garantir a prosperidade económica e a estabilidade do estado em longo prazo. Tal prosperidade pode, por sua vez, ser usada para ajudar a reforçar a segurança do domínio marítimo, reconhecendo-se que o retorno sobre o investimento em segurança marítima vem por meio dos benefícios de uma economia azul bem gerida.

Uma ferramenta cada vez mais importante na gestão e proteção dos recursos marítimos é a tecnologia. No entanto, novamente vale ressaltar que os investimentos em tecnologia que mais beneficia os estados tende a ser aqueles que o estado articula dentro de uma estratégia de gestão e proteção de seus recursos. Essa estratégia torna-se autossuficiente quando a receita proveniente da gestão de recursos é suficientemente ampla para financiar a segurança e a proteção desses recursos. É, portanto, vital que a estratégia estabeleça não apenas uma visão, mas também um plano de implementação que inclua uma transição para a autossuficiência.

Leitura Recomendada

A Economia azul de África: Um manual de políticas, Comissão Económica da ONU para a África, obtido por meio do seguinte endereço: <https://www.uneca.org/publications/africas-blue-economy-policy-handbook>.

Robert Frerck, A troca de dívidas por golfinhos: Novo financiamento cria novos parques marinhos nas Seychelles, obtido por meio do seguinte endereço: <https://blueocean.net/swapping-debt-for-dolphins-novel-financing-creates-new-marine-parks-in-the-seychelles/>

Declaração de rastreabilidade do atum 2020, 5 de junho de 2017, obtido por meio do seguinte endereço: <https://www.weforum.org/agenda/2017/06/tuna-2020-traceability-declaration-stopping-illegal-tuna-from-coming-to-market/>.

DIA 1: GESTÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS MARÍTIMOS

QUESTÕES PARA DEBATE

1. Quais os efeitos dos desafios económicos de seu país sobre suas ameaças à segurança marítima?
2. Como a sua economia marítima figura dentro de sua atividade estratégica com respeito à segurança marítima?
3. Seus colegas políticos enxergam a economia marítima/azul como motivo para engajar a vontade política e os recursos financeiros em apoio à segurança marítima?
4. Do ponto de vista da governação, a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU, na sigla em inglês) é uma questão mais ambiental ou mais de segurança?
5. Em que medida você interage com o setor privado para alinhar as atividades económicas com as de segurança?
6. Quais iniciativas de economia azul têm sido cultivadas pelo seu país? Quais funcionaram? Existem oportunidades económicas específicas que você vê no seu espaço marítimo e costeiro que não foram cultivadas?

DIA 2: ABORDAGENS ESTRATÉGICAS PARA A SEGURANÇA MARÍTIMA

SESSÃO 3: OS DESAFIOS

Objetivos da sessão:

- Reconhecer as alterações no quadro de segurança e a necessidade de manter-se atualizado com todas as avaliações;
- Distinguir entre os tipos de estratégias marítimas;
- Compreender o processo de desenvolvimento de estratégias e seus desafios;
- Respeitar o valor do raciocínio estratégico contínuo.

Histórico

O quadro de ameaças marítimas nas regiões da África Oriental e Meridional e no Oceano Índico (ESA-IO, na sigla em inglês) está se tornando cada vez mais difícil. A pirataria continua a ser uma ameaça iminente e um aumento significativo do tráfico de drogas suscita preocupações existenciais para os estados cujas populações estão se tornando cada vez mais viciadas em drogas ou envolvidas com grupos terroristas ou do crime organizado. A inovação nas frentes do crime está constantemente gerando novos desafios, e os esforços das agências da lei e de formulação das leis continuam a tornar-se mais sofisticados.

Dado o estado de “crise” aparentemente constante, é difícil encontrar tempo para envolver-se num processo estratégico adequado. Os estados e suas instituições estão continuamente reagindo, sem chance de considerar, muito menos cultivar, uma visão unificada para um domínio marítimo estável, seguro e próspero. Ademais, muitas vezes, uma única agência assume um processo de desenvolvimento de estratégia marítima sem envolver as outras agências relevantes. É, portanto, importante distinguir entre os três tipos de estratégias marítimas a seguir:

1. *Estratégia Nacional de Segurança Marítima*
2. *Estratégia de Ação do Estado no Mar*
3. *Estratégia Marítima Integrada/do Domínio Marítimo*

Em primeira instância, a Estratégia Nacional de Segurança Marítima é constituída por um só pilar: a segurança. Ela pode ser desenvolvida e implementada pelas agências de segurança marítima, geralmente a marinha, a guarda costeira e/ou a polícia marítima. Em contrapartida, a Estratégia de Ação do Estado no Mar conta com dois pilares: a segurança e a governação. Essa, portanto, necessariamente envolve tanto as agências de segurança como as de governação, incluindo a administração marítima, o ministério da pesca e a autoridade portuária. Por fim, a Estratégia Marítima Integrada ou a Estratégia do Domínio Marítimo reúne todas as atividades do espaço marítimo, sendo constituída por três pilares: a segurança, a governação e a economia marítima/azul. Esta terceira forma de estratégia é a mais ambiciosa. Por um lado, porque requer linhas de esforços interligados entre as várias agências, exigindo um processo de implementação

coordenado por todo o governo; e, por outro, porque é a forma mais provável de angariar a vontade política, uma vez que une as áreas de segurança, governação e economia. Ou seja, em termos comerciais, justifica o investimento em segurança demonstrando que a proposta de valor para gastar-se recursos do estado em segurança marítima e governação é o retorno que se tem sobre o investimento por meio da economia marítima. Enquanto continuam a desenvolver estratégias marítimas nacionais conforme os mandatos de acordos regionais e internacionais, os estados africanos devem conscientemente decidir qual ou quais pilares incluir.

Quando desenvolvida com eficácia por meio de um processo inclusivo, uma estratégia marítima ajudará a fomentar a cooperação entre agências. Isso, por sua vez, melhora a eficiência, efetividade e integridade das agências envolvidas. Além disso, ajuda todos os envolvidos a responder à pergunta “por que fazemos o que fazemos?”. Se uma agência não puder explicar suas ações com a expressão “a fim de...” e atrelá-la a um objetivo estratégico, não deverá dar prosseguimento a suas ações. A estratégia, portanto, proporciona a estrutura para a ação unificada entre as agências a fim de proteger, governar e desenvolver o domínio marítimo.

Leitura Recomendada

Raymond Gilpin, *Examinando a insegurança marítima na África Oriental*, Soundings, jan. 2016, obtido por meio do seguinte endereço:

http://www.navy.gov.au/sites/default/files/documents/Soundings_No_8.pdf.

Rotas de tráfico de drogas se proliferam pelo Oceano Índico, Janes, 2017, obtido por meio do seguinte endereço:

https://www.janes.com/images/assets/457/72457/Drug_trafficking_routes_proliferate_through_Indian_Ocean.pdf.

Situação da pirataria marítima 2016: Visão geral da África Oriental, Oceanos além da pirataria, obtido por meio do seguinte endereço: <http://oceansbeyondpiracy.org/reports/sop/east-africa>.

Simone Haysom, Peter Gastrow, Mark Shaw, *A costa da heroína: Uma economia política ao longo da costa oriental de África*, Iniciativa Global Contra o Crime Organizado Transnacional, julho de 2018, obtido por meio do seguinte endereço: <http://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2018/07/2018-06-27-research-paper-heroin-coast-pdf.pdf>.

“Segurança marítima no Oceano Índico ocidental: Um debate com Assis Malaquias”, maio de 2017, obtido por meio do seguinte endereço: <https://africacenter.org/spotlight/maritime-security-western-indian-ocean-a-discussion-with-assis-malaquias/>.

DIA 2: ABORDAGENS ESTRATÉGICAS PARA A SEGURANÇA MARÍTIMA

SESSÃO 4: AS RESPOSTAS

Objetivos da sessão:

- Examinar as abordagens nacionais, zonais, regionais e inter-regionais da segurança marítima;
- Reconhecer os ecossistemas de segurança marítima em cada uma das abordagens supracitadas;
- Reconhecer os benefícios da cooperação;
- Inspirar-se em outros exemplos;
- Identificar áreas em que falta cooperação.

Histórico

Na última década, nenhum continente vivenciou mais inovação no enfrentamento da insegurança marítima do que a África. Com uma arquitetura cooperativa que está começando a funcionar, não apenas na teoria, mas também na prática, a África está se tornando uma inspiração para abordagens estratégicas na segurança marítima em todo o mundo. Mesmo dentro de África, as regiões têm muito a aprender umas com as outras, e o diálogo inter-regional está ampliando a compreensão coletiva de como combater, da maneira mais eficaz, as ameaças marítimas em evolução que os Estados em todos os lugares estão enfrentando.

A cooperação é a essência da resposta. E essa cooperação toma diversas formas:

1. Dentro dos governos (cooperação em todo o governo/interagência)
2. Entre governos (bilateral, zonal e regional)
3. Entre regiões (inter-regional)
4. Com parceiros internacionais, estados e organizações estrangeiros (internacional)
5. Com o setor privado e ONGs (público-privado)

Tal cooperação, no entanto, deve ser conduzida estrategicamente, caso contrário, ela se esvai com o passar do tempo. Uma estratégia bem elaborada possui mecanismos embutidos de reavaliação a fim de manter as abordagens relevantes e responsivas. Os Códigos de Conduta de Djibouti e Iaundé, diversas estratégias regionais, mecanismos zonais e esforços nacionais por toda a África estão a tornar-se exemplos da melhor forma de abordar a segurança marítima, mesmo com recursos limitados.

Leitura Recomendada

Ian Ralby, *Uma justificativa para um diálogo marítimo entre toda a África*, Boletim de Assuntos Marítimos da IGAD (sigla em inglês para Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), Vol. 3, julho de 2018, obtido por meio do seguinte endereço: <https://irconsilium.com/wp-content/uploads/2018/07/IMAN-July-18.pdf>.

Ian Ralby, *Segurança cooperativa para combater criminosos cooperativos*, Defence IQ, 2017, obtido por meio do seguinte endereço: <https://www.defenceiq.com/naval-and-maritime-defence/articles/cooperative-security-to-counter-cooperative>.

Acordo regional de pirataria marítima ampliado para abranger outras atividades marítimas ilícitas, OMI, janeiro de 2017, obtido por meio do seguinte endereço: <http://www.imo.org/en/MediaCentre/PressBriefings/Pages/4-DCOC-widened.aspx>.

Christian Bueger e Timothy Walker, *Do Djibouti a Gidá, o Oceano Índico ocidental precisa de segurança*, ISS (sigla em inglês para Instituto de Estudos de Segurança), maio de 2018, obtido por meio do seguinte endereço: <http://www.imo.org/en/MediaCentre/PressBriefings/Pages/4-DCOC-widened.aspx>.

DIA 2: ABORDAGENS ESTRATÉGICAS PARA A SEGURANÇA MARÍTIMA

QUESTÕES PARA DEBATE

1. Em termos de ameaças, quais foram as maiores mudanças por você vivenciadas no ano passado? E nos últimos cinco anos? A quais mecanismos estratégicos você recorre para responder a essas ameaças?
2. Até que ponto os mecanismos de cooperação regional alteraram a sua abordagem nacional com respeito à segurança marítima?
3. De uma perspectiva nacional, quais são as suas maiores preocupações no momento? E de uma perspectiva regional? Os atuais esforços estratégicos lidam com essas preocupações?
4. Que inspiração você pode extrair de outros estados ou outras regiões que talvez ajude a assegurar uma abordagem mais estratégica para a segurança marítima?
5. Num nível estratégico, o que você gostaria que acontecesse para combater as ameaças marítimas que não está sendo feito atualmente?

DIA 3: APRIMORAMENTO DA GOVERNAÇÃO MARÍTIMA

SESSÃO 5: OS DESAFIOS

Objetivos da sessão:

- Identificar barreiras à governação;
- Examinar os obstáculos legais;
- Compreender a necessidade dos mecanismos de governação.

Histórico

Todos os governos do mundo enfrentam dificuldades com a cooperação entre agências. Todos os países do mundo podem aprimorar suas leis marítimas e as agências que as aplicam. Todos os países do mundo sofrem de um certo grau de cegueira do mar. Reconhecer esses desafios é o primeiro passo para enfrentá-los. O fato de que todos enfrentam essas dificuldades não significa que se possa dar vazão à complacência. Não enfrentar essas questões abre a porta para economias políticas perversas e um estado de direito ineficaz que conduz à impunidade.

Articular os problemas pode ajudar a identificar como abordá-los, em parte, por também ajudar a fomentar a vontade política. Além disso, pode ajudar os parceiros externos a reconhecer as formas de assistência que podem proporcionar. Esses parceiros externos, por sua vez, podem ser estados ou regiões vizinhas que, por enfrentarem desafios semelhantes, podem compartilhar suas experiências. Na verdade, a capacitação proporcionada pela África para a África pode ser uma das formas mais eficazes para enfrentar os desafios da governação marítima, já que experiências recentes e lições aprendidas – boas e ruins – em todo o continente estão entre os melhores exemplos do mundo.

Leitura Recomendada

Ian Ralby, “Uma abordagem de segurança humana para a segurança marítima no Golfo da Guiné”, *Comparative Jurist*, 31 de agosto de 2016, obtido por meio do seguinte endereço:

<https://comparativejurist.org/2016/08/31/a-human-security-approach-to-maritime-security-in-the-gulf-of-guinea/>

Mares estáveis, Fundação One Earth Future, obtido por meio do seguinte endereço:

<http://oefresearch.org/topics/stable-seas>.

DIA 3: APRIMORAMENTO DA GOVERNAÇÃO MARÍTIMA

SESSÃO 6: AS RESPOSTAS

Objetivos da sessão:

- Identificar modelos para a governação marítima;
- Examinar o processo de criação de um mecanismo de governação;
- Reconhecer a necessidade de atualizar as leis;
- Estudar os princípios da harmonização;
- Debater o valor de exercícios internos periódicos.

Histórico

Não existe uma única forma correta para governar o espaço marítimo. Independentemente da abordagem, porém, precisa funcionar. Vários modelos oferecem abordagens centradas na unidade de propósitos ou na unidade de esforços. Contudo, independentemente do modelo, as agências precisam ser capazes de se unir em diferentes níveis a fim de:

1. Colaborar
2. Cooperar
3. Coordenar
4. Eliminar conflitos [de-conflict]

Ao se unirem por meio de um processo consistente, repetível e documentável de governação do espaço marítimo, as diversas agências e entidades com responsabilidades marítimas podem garantir o fluxo pontual de informações para os tomadores de decisão seniores. Isso, por sua vez, garante uma resposta mais consistente e abrangente contra as ameaças marítimas.

A harmonização de abordagens dentro de um governo e entre estados da região pode ajudar a preencher lacunas, frequentemente exploradas por criminosos, e, ao mesmo tempo, produzir respostas consistentes e de qualidade contra as ameaças de segurança. Um dos principais elementos da harmonização é garantir que as estruturas jurídicas estejam atualizadas, de modo a proporcionar meios adequados para enfrentar as questões que o país enfrenta. As leis restringem ações nocivas e promovem a produtividade. Esses dois elementos devem ser verificados para garantir que as leis atendam às finalidades a que se destinam e as agências da lei sejam capazes de colocá-las em prática.

Uma abordagem fundamental para testar e melhorar a governação marítima é a realização de exercícios teóricos periódicos. Durante esses exercícios, as agências podem analisar cenários de problemas atuais, emergentes ou futuros e, passo a passo, confirmar a capacidade de enfrentá-los de maneira eficaz. Cada um desses exercícios invariavelmente revelará áreas que necessitam de

melhorias, ao mesmo tempo em que fará com que os agentes se sintam mais à vontade e confiantes em seus papéis dentro das respostas em questão.

Leitura Recomendada

Kit de Ferramentas para a Estratégia Marítima Nacional, Centro África de Estudos Estratégicos (2016), obtido por meio do seguinte endereço: <https://africacenter.org/publication/national-maritime-security-strategy-toolkit/>

A abordagem “governo como um todo” de Singapura com respeito à segurança marítima para garantir uma cobertura abrangente e respostas coordenadas, Open Gov (2017), obtido por meio do seguinte endereço: <https://www.opengovasia.com/articles/8089-singapores-whole-of-government-approach-to-maritime-security-to-ensure-comprehensive-coverage-and-co-ordinated-responses>

Brian Wilson, O mar humano: Respostas do governo como um todo contra atividades marítimas ilícitas, pgs.195-206, (2016), obtido por meio do seguinte endereço: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01525217/document>.

DIA 3: APRIMORAMENTO DA GOVERNAÇÃO MARÍTIMA

QUESTÕES PARA DEBATE

1. Como são tomadas as decisões de governação marítima em seu país? Há clareza com respeito às funções e responsabilidades das diferentes agências, agências coordenadoras e autoridades nacionais competentes?
2. Existe um mecanismo formal para a cooperação interagência no seu país? O quanto você se comunica com colegas de outros ministérios, agências ou departamentos?
3. Com que frequência uma interdição no mar se transforma numa ação penal bem-sucedida? O que está funcionando? Quais são os obstáculos?
4. Quanto você arrecada anualmente em termos de penalidades? Que parcela dessa arrecadação é restituída a sua agência?
5. Que ideias você tem para melhorar a governação marítima no seu país?

SESSÃO 7: PRÓXIMOS PASSOS

Objetivos da sessão:

- Identificar lições implementáveis, a partir do diálogo;
- *Brainstorm* sobre os principais passos no caminho à frente;
- Debater o futuro deste Exercício.

Histórico

O objetivo deste evento é, sobretudo, o diálogo. Por conseguinte, esta última sessão tem a finalidade de proporcionar aos participantes a oportunidade de debater o futuro imediato, em médio e longo prazo, em termos de medidas práticas e compromettimentos acionáveis. Tendo já dissecado a situação atual ao longo dos últimos três dias, esta conversa final é prospectiva em dois aspetos. Em primeiro lugar, procura identificar quais as medidas que devem ser tomadas – nos níveis nacional, sub-regional, regional, inter-regional e internacional – a fim de melhorar o *status quo*. Em segundo lugar, pretende estudar as opções para maximizar o impacto deste Exercício e refletir como deve ser o seu futuro. A intenção aqui é de que esta seja uma sessão de *brainstorming* proveitosa, na qual o pensamento criativo, inovador e pragmático é incentivado, a fim de identificar parâmetros referenciais tangíveis para um novo horizonte.

Questões para debate

1. O que esperava ouvir esta semana, mas não ouviu? O que ouviu esta semana, mas não esperava ouvir?
2. Qual o próximo passo para fazer com que a segurança evolua em seu país? E na sua região?
3. O que você fará, na sua função, para promover esse fim?
4. Como poderá trabalhar com outros estados da região em termos de segurança?
5. Qual deve ser o futuro do CUTLASS Express?